



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150392 - RS (2021/0219612-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : WILLIAN DE SOUZA CAMPOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CORRÉU** : ANA CARLA GREGORIO FIGUEIRA  
**CORRÉU** : EVERTON CRISTIAN SOARES

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WILLIAN DE SOUZA CAMPOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5039897-08.2021.8.21.7000).

O recorrente encontra-se preso, preventivamente, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*; e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a motivação foi com base na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, o deferimento da liberdade provisória até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar pleiteada ou aplicadas as medidas cautelares diversas da segregação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente